



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 2186/2025

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças originais, das câmaras de vacinas, freezers e refrigeradores, das Unidades de Saúde do Município de Santa Luzia/MG, por um período de 12 meses.

Prefeitura Municipal de Santa Luzia, maio de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

Referência: Inciso XI, do art. 2º e art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo Administrativo 2186/2025.

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, com reposição de peças originais, das câmaras de vacinas, freezers e refrigeradores, das Unidades de Saúde do Município de Santa Luzia/MG.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Atualmente a Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia/MG não dispõe de contrato de manutenção para as câmaras de vacinas, freezers e refrigeradores das Unidades de Saúde do Município, nem de meios próprios para realizá-la.

O objetivo é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças originais, de modo a assegurar o funcionamento ininterrupto dos equipamentos e garantir um atendimento de qualidade, eficiente e humanizado à população que utiliza os serviços públicos de saúde do Município.

A falta de manutenção dos equipamentos pode não só interromper ou paralisar os serviços públicos de saúde, mas também gerar consideráveis prejuízos materiais (redução da vida útil dos equipamentos, agravamento nos danos dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

equipamentos, perda de insumos etc.) e humanos (agravamento das condições de saúde dos pacientes, óbito etc.).

2.1. Motivação/Justificativa

Considerando o que dispõe a nota da ABNT NBR 9000:2015 – Sistemas de Gestão da Qualidade, a organização deve determinar, prover e manter a infraestrutura necessária para a operação dos seus processos e para alcançar a conformidade de produtos e serviços. NOTA: infraestrutura pode incluir:

- a) Edifícios e utilidades associadas;
- b) Equipamento, incluindo materiais, máquinas, ferramentas, etc. e software.

Considerando a Resolução – RDC N° 63, de 25 de novembro de 2011 – Dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de saúde, Capítulo II, Seção I, Art. 6° - As Boas Práticas de Funcionamento (BPF) são os componentes da Garantia da Qualidade que asseguram que os serviços são ofertados com padrões de qualidade adequados. § 1° - As BPF são orientadas primeiramente à redução dos riscos inerentes a prestação de serviços de saúde. § 2° - Os conceitos de Garantia da Qualidade e Boas Práticas de Funcionamento (BPF) estão inter-relacionados, estando descritos nesta resolução de forma a enfatizar as suas relações e sua importância para o funcionamento dos serviços de saúde.

Considerando a Resolução - RDC N° 34, de 11 de junho de 2014 – ANVISA - Dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue (incluindo Soros e Imunobiológicos) – Seção IX - § 4° O serviço deve estabelecer procedimentos para a verificação periódica uma das condições gerais de funcionamento das câmaras de refrigeração e de congelamento, de acordo com as instruções do fabricante dos equipamentos, mantendo se os registros;

Considerando Resolução - RDC N° 34, de 11 de junho de 2014 – ANVISA – Seção III - XXXIII - manutenção corretiva: reparos de defeitos funcionais ocorridos durante a utilização de equipamento e instrumento e XXXIV - manutenção preventiva: manutenção sistemática que visa manter equipamentos e instrumentos dentro de condições normais de utilização, com o objetivo de prevenir a ocorrência de defeitos por desgaste ou envelhecimento de seus componentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Considerando ainda a essencialidade da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, com peças originais inclusas, fundamenta-se nos danos e prejuízos que podem ser causados à Administração Pública no caso de eventual paralisação ou interrupção da prestação do serviço, e, nesse sentido, a presente contratação visa assegurar e manter o funcionamento de atividades finalísticas dos entes administrativos.

Logo, pode-se verificar também características de habitualidade, face necessidade constante e permanente da prestação de serviço que objetiva contratar.

Destaca-se, portanto, presentes os requisitos da essencialidade e habitualidade. A compreensão sobre a previsão de condições para assegurar o padrão da qualidade do objeto alcançará não só a escolha da modalidade de contrato, mas as especificações do serviço, prazo da prestação e obrigações.

3. ÁREA REQUISITANTE

Identificação da Área requisitante	Nome do responsável
Secretaria Municipal de Saúde	Diego Willian Ramos C de Oliveira

4. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

A manutenção preventiva e corretiva das câmaras de vacinas, freezers e refrigeradores, visa garantir a preservação da vida útil dos equipamentos, sem perda das características, integridade física e rendimento, visando melhor operacionalização do equipamento, sistemas ou suas partes, visando garantir qualidade, segurança e eficiência dos procedimentos destinados rede frios, conforme especificados na tabela abaixo, assegurados que o Município de Santa Luzia/MG cumpra com as premissas constitucionais de garantia do direito à vida e à saúde.

A manutenção deverá ser de acordo com as especificações descritas de cada item. A licitante deverá atender às exigências estabelecidas na legislação vigente, no edital da licitação e em seus anexos e cumprir todos os requisitos para participar do certame, desde os credenciamentos no Portal de Compras Governamentais, da participação da sessão pública no dia e horário agendado para o envio das propostas de preços e dos documentos de habilitação pertinentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.1 Requisitos gerais

Em razão das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia/MG, torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados para a execução de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos essenciais para a Saúde Pública, como câmaras de vacinas, freezers e refrigeradores, de diversas marcas e modelos. A manutenção deverá incluir o fornecimento de peças originais, componentes e acessórios de reposição, garantindo o pleno funcionamento e a conformidade dos equipamentos com as normas de segurança e eficiência exigidas.

A contratação será regida pelos princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, que orienta sobre as licitações e contratos administrativos, destacando-se a busca pela eficiência, transparência e sustentabilidade nos processos de contratações públicas. A empresa contratada deverá comprovar sua capacitação técnica e experiência comprovada na prestação de serviços semelhantes, em atendimento ao disposto no art. 48 da referida Lei, e garantir a utilização de peças e componentes originais, conforme as exigências dos fabricantes.

Em relação à capacitação dos servidores públicos, o objeto da presente contratação não implica necessidade de treinamento contínuo dos mesmos, uma vez que os serviços de manutenção serão realizados por equipe especializada e qualificada, sem demanda por formação adicional dos servidores municipais para a execução do objeto contratado. A responsabilidade pela qualificação e execução dos serviços será integralmente da empresa contratada, que deverá assegurar a conformidade dos serviços prestados com as exigências contratuais e normativas pertinentes.

Ademais, a Administração Municipal, em conformidade com os princípios da economicidade e eficiência previstos no Art. 3º da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, possui infraestrutura e instalações adequadas para a execução dos serviços, o que garante que não são necessárias adequações adicionais no ambiente da organização. Não há, portanto, risco de falhas na contratação, uma vez que as condições de trabalho estão devidamente organizadas e compatíveis com os requisitos do serviço, assegurando a realização das manutenções de forma segura e eficaz.

A contratação será realizada observando-se todos os critérios legais e regulatórios, com ênfase no cumprimento dos prazos e na qualidade dos serviços prestados, com vistas a garantir a continuidade das atividades essenciais da Secretaria Municipal de Saúde e, conseqüentemente, a manutenção da Saúde Pública de forma adequada e eficiente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.2 Requisitos legais

A contratação será realizada em total conformidade com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que estabelece as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, garantindo que todos os procedimentos estejam alinhados com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia. Além disso, serão observadas outras normativas pertinentes que regulam o processo licitatório, com o intuito de assegurar a transparência e a competitividade no certame.

Os fornecedores interessados deverão apresentar comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, atendendo às exigências legais para garantir a idoneidade e a capacidade de execução do contrato. Tais documentos incluem a regularidade junto à Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Estadual, além de certidões negativas de débitos trabalhistas e previdenciários, conforme estabelecido pela legislação vigente.

Outro aspecto importante da licitação será o respeito às disposições previstas no Art. 4º da Lei nº 14.133/2021, que assegura tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Esse tratamento visa incentivar a participação dessas empresas nos processos licitatórios, proporcionando-lhes condições mais favoráveis de competitividade, mediante a concessão de condições que promovam a igualdade de oportunidades entre os participantes. Dessa forma, buscamos fomentar o desenvolvimento local e regional, além de garantir a observância dos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Esses requisitos garantem a conformidade legal e a obtenção da melhor proposta, assegurando a eficiência e a legalidade na contratação pública.

4.3 Requisitos de sustentabilidade

Com o objetivo de assegurar a implementação efetiva dos critérios e ações ambientais e socioambientais, bem como a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de Licitação promovidos pela Administração Pública, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, determina-se que as empresas licitantes apresentem, obrigatoriamente, a Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme o modelo estipulado no edital. Tal declaração deverá ser anexada à proposta de preços apresentada, em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal nº 4149/2023, Art. 3º, inciso IV, que estabelece a obrigatoriedade da implementação de ações ambientais pelas licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O serviço de manutenção deverá ser executado utilizando-se de técnicas e procedimentos adequados, em estrita conformidade com as normas vigentes, em especial as disposições do Ministério do Trabalho. A contratada deverá observar boas práticas sustentáveis durante a execução do serviço, devendo cumprir, entre outras, as disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, especialmente no que tange ao recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio (SDOs), conforme estabelecido no Protocolo de Montreal.

A contratada se compromete a observar as seguintes diretrizes específicas no manuseio de SDOs, como o CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502, H-1211, H-1301 e H-2402:

- Proibição do uso de cilindros pressurizados descartáveis que não atendam às especificações da Resolução CONAMA Nº 340/2003.
- Adoção de procedimentos adequados para o recolhimento, armazenamento e transporte de SDOs, sem liberação dessas substâncias na atmosfera.
- Utilização de equipamentos apropriados para a coleta e reciclagem in loco das SDOs, ou seu envio para centros licenciados de reciclagem ou incineração.
- Quando da substituição de gases de refrigeração, a contratada deverá adotar gases ecologicamente mais seguros, como o R-22 e o R-410A.

Além disso, a contratada deverá adotar as seguintes práticas e princípios durante a execução dos serviços:

- Minimização dos impactos sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água.
- Priorização de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.
- Maximização da eficiência no uso de recursos naturais, com destaque para a água e a energia.
- Garantia de maior durabilidade e menor custo de manutenção dos bens e serviços.
- Adoção de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais.
- Verificação da origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras contratados.

A contratada deverá ainda:

- Utilizar produtos de limpeza e conservação em conformidade com as classificações e especificações da ANVISA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Adotar medidas preventivas para evitar o desperdício de água tratada, conforme estabelecido no Decreto N° 48.138, de 08 de outubro de 2003.
- Observar a Resolução CONAMA N° 20, de 07 de dezembro de 1994, em relação a equipamentos de limpeza que gerem ruído.
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução das atividades.
- Realizar a coleta e disposição adequada de todos os resíduos sólidos e líquidos gerados na execução dos serviços.

Nos editais de contratação, será exigido que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas sustentáveis:

- Utilização de produtos de limpeza em conformidade com as especificações da ANVISA.
- Adoção de medidas para reduzir o desperdício de água tratada, conforme a Lei N° 24.273, de 2023.
- Cumprimento da Resolução CONAMA N° 20/1994, em relação aos níveis de ruído de equipamentos de limpeza.
- Fornecimento de equipamentos de segurança aos empregados, conforme as necessidades do serviço.
- Implementação de programas internos de treinamento, com foco na redução do consumo de energia elétrica, água e produção de resíduos sólidos, conforme as normas ambientais vigentes.
- Cumprimento das Normas Brasileiras (NBR) sobre o manejo de resíduos sólidos, conforme estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Implementação de critérios privilegiados para aquisição e uso de equipamentos que promovam a redução do consumo de água; h) Adoção de critérios para aquisição de produtos e equipamentos com alta eficiência energética e redução de consumo.

Esses critérios de sustentabilidade são orientados pelas normativas estabelecidas no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis*, publicado pela Controladoria-Geral da União (AGU), bem como pelo *Plano de Logística Sustentável* (PLS), conforme as diretrizes estabelecidas no site oficial do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

4.4 Validade do serviço

Os serviços prestados e as peças fornecidas deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias, conforme estabelece o Código de Defesa do Consumidor (art. 26, inciso II), contados a partir do recebimento definitivo. Adicionalmente, o fornecedor



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

poderá oferecer garantia superior, sem custo adicional à Administração, atendendo ao princípio da economicidade e à qualidade exigida pela Lei nº 14.133/2021. Essa garantia assegura a responsabilidade técnica e a proteção ao interesse público

4.5 Da natureza continuada ou do não fornecimento

O serviço de manutenção, abrangendo ações preventivas e corretivas é classificado como de natureza continuada, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer diretamente a eficiência no atendimento das demandas da instituição contratante. A continuidade desse serviço é essencial para garantir o pleno funcionamento das atividades institucionais, evitando paralisações que possam causar prejuízos operacionais e financeiros.

Nesse sentido, a vigência contratual definida para 12 meses se mostra vantajosa, considerando não apenas a manutenção do fluxo operacional da instituição, mas também o ganho econômico proporcionado pela contratação em regime de continuidade. Tal ganho é evidenciado na economia processual obtida pela redução de custos administrativos e pela otimização dos recursos humanos envolvidos no gerenciamento do contrato. Além disso, a previsibilidade orçamentária gerada pela contratação continuada favorece o planejamento financeiro da instituição e a alocação estratégica de seus recursos.

O serviço em questão é considerado de natureza comum, uma vez que pode ser objetivamente definido com base em especificações técnicas amplamente reconhecidas no mercado. Esse enquadramento está em consonância com o disposto no Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre os critérios para a definição de serviços e bens comuns. Assim, a descrição do objeto contratual é fundamentada em padrões de mercado, garantindo clareza e objetividade na sua identificação e execução.

Adicionalmente, o objeto do contrato é classificado como um serviço continuado sem a exigência de dedicação exclusiva de mão de obra. Essa característica permite maior flexibilidade operacional à contratada, que poderá gerenciar seus recursos de maneira otimizada, sem prejuízo à qualidade e à eficiência da prestação dos serviços. Vale ressaltar que o modelo de contratação, ao não exigir exclusividade de mão de obra, também contribui para a competitividade do processo licitatório, ampliando a participação de empresas e promovendo condições mais vantajosas para a administração pública.

Por fim, é importante destacar que a natureza continuada do serviço de manutenção garante a preservação dos equipamentos e instalações da instituição, promo-



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

vendo maior durabilidade e reduzindo custos com eventuais substituições ou reparos emergenciais. A adoção desse regime reforça o compromisso com a eficiência, a economicidade e a sustentabilidade na gestão pública, alinhando-se aos princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

4.6 Vigência da contratação

A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21, a contar da data de sua assinatura.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Para a estimativa das quantidades, considerou-se a totalidade dos equipamentos instalados nos serviços de saúde do Município, levando em conta o quantitativo necessário para atender de forma plena às demandas previstas. Esse levantamento foi realizado com o objetivo de garantir que a contratação seja suficiente para suprir as necessidades operacionais, permitindo a continuidade e eficiência dos serviços de saúde prestados à população Luziense.

A elaboração da estimativa para a prestação do serviço foi fundamentada em dados concretos, considerando as especificidades do objeto e as condições locais e regionais. Não foi possível realizar um levantamento de uma série histórica de consumo ou de contratação, pois trata-se da primeira vez que este tipo de serviço será contratado. Dessa forma, foi necessário recorrer a outras metodologias para estimar as quantidades e os custos envolvidos, seguindo as diretrizes e princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que rege as contratações públicas.

A ausência de uma série histórica também inviabilizou o desmembramento da manutenção preventiva da corretiva, tornando difícil estimar o valor anual necessário para a reposição de peças. Embora essa separação pudesse, em tese, gerar economia aos cofres públicos, o processo de aquisição das peças poderia resultar em atrasos significativos na manutenção corretiva, impactando diretamente a qualidade e a continuidade dos Serviços Públicos de Saúde do Município de Santa Luzia/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

De acordo com o art. 18, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a pesquisa de mercado constitui uma etapa essencial para a elaboração de estimativas que orientem a contratação. Assim, foi realizada uma ampla pesquisa de mercado, abrangendo fornecedores locais e regionais, de modo a identificar as disponibilidades, características técnicas e condições de oferta dos serviços. Essa análise permitiu estimar valores e especificações alinhados às práticas usuais de mercado, garantindo a viabilidade econômica e a competitividade do Processo Licitatório.

Além disso, o levantamento contemplou as particularidades dos Serviços de Saúde do Município/MG, priorizando soluções que atendam às exigências de qualidade e eficiência previstas no art. 5º da Lei nº 14.133 de 1º de abril 2021, que estabelece os princípios da eficiência, economicidade e planejamento. Essa abordagem busca não apenas assegurar a prestação dos serviços de forma contínua, mas também otimizar os recursos públicos envolvidos, evitando contratações desproporcionais ou inadequadas às necessidades reais da instituição.

Dessa maneira, a estimativa de quantidades e valores reflete um esforço técnico e gerencial voltado para a melhor aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da transparência, legalidade e eficiência, pilares da nova Lei de Licitações e Contratos. A adoção de tais procedimentos reforça o compromisso com uma gestão pública responsável e alinhada às melhores práticas administrativas, garantindo que a contratação atenda plenamente ao interesse público.

GRUPO 1 – CÂMARAS REFRIGERADAS			
ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO
1	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
2	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
3	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
4	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
5	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
6	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
7	Câmara Refrigerada	Elber	CSv280
8	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
9	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
10	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
11	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
12	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
13	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
15	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
16	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
17	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
18	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
19	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
20	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
21	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
22	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
23	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
24	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
25	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
26	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
27	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
28	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
29	Câmara Refrigerada	Biotecno	BT1100/280
30	Câmara Refrigerada	Elber	CSv280
31	Câmara Refrigerada	Elber	CSv280
32	Câmara Refrigerada	Elber	CSv280

GRUPO 2 – REFRIGERADORES COMUNS			
ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO
33	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
34	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
35	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
36	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
37	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
38	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
39	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
40	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RDE30
41	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RDE30
42	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
43	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
44	Refrigerador doméstico	Consul	CRC28D
45	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
46	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RE29
47	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

48	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
49	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
50	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
51	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
52	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
53	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
54	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
55	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
56	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
57	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
58	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
59	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
60	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
61	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
62	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
63	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
64	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
65	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
66	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
67	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
68	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
69	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
70	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
71	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
72	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
73	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
74	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RDE30
75	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
76	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
77	Refrigerador doméstico	Continental	270L
78	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
79	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
80	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
81	Refrigerador Comercial	Ormebrio	
82	Refrigerador Comercial	Ormebrio	
83	Refrigerador Comercial	Ormebrio	
84	Refrigerador Comercial	Ormebrio	
85	Refrigerador doméstico	Eletrolux	
86	Refrigerador doméstico	Consul	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

87	Refrigerador doméstico	Consul	
88	Refrigerador doméstico	Consul	
89	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RDE30
90	Refrigerador doméstico	Consul	
91	Refrigerador doméstico	GE	
92	Refrigerador doméstico	Consul	
93	Refrigerador doméstico	Consul	
94	Refrigerador doméstico	Consul	
95	Refrigerador doméstico	Eletrolux	R280
96	Refrigerador doméstico	Consul	
97	Refrigerador doméstico	Consul	
98	Freezer	Eletrolux	H550
99	Freezer	Fricon	VCED
100	Refrigerador doméstico	Continental	270
101	Refrigerador doméstico	Eletrolux	R250

GRUPO 3 – REFRIGERADORES ESPECÍFICOS			
ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO
102	Geladeira Hemoderivados	Indrel	Refrimed

6. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

A Administração Pública Municipal de Santa Luzia/MG conta com uma ampla Rede de Serviços de Saúde, composta por 27 Unidades Básicas de Saúde (UBS), um Hospital com Pronto Atendimento, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), um Centro Odontológico, um Centro de Consultas de Especialidades, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Adulto e Infantil, além do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Complementando essa estrutura, há ainda um canil municipal e setores internos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde (SMSA). No total, esses serviços somam 102 (cento e dois) equipamentos, essenciais para atender às demandas da população local, garantindo qualidade e eficiência no atendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Id	Solução (ou cenário)
Solução 1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças originais, das câmaras de vacinas, freezers e refrigeradores, das Unidades de Saúde do Município.
Solução 2	Possuir técnicos de refrigeração no quadro de servidores do município para realizar manutenção corretiva e preventiva das câmaras de vacinas, freezers e refrigeradores das Unidades de Saúde de Município, e contrato com empresa para fornecimento de peças originais.

7. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

Com o intuito de identificar o valor do objeto e os custos adicionais envolvidos nas Soluções identificadas, realizamos pesquisas mercadológicas preliminares utilizando consultas ao Banco de Preço e contratações com outros órgãos públicos.

Id	Análise da solução (ou cenário)	Resultado da análise
Solução 1	Contratação de empresa especializada para realizar manutenção corretiva e preventiva com reposição de peças das câmaras de vacinas, freezers e refrigeradores das Unidades de Saúde do Município, através de licitação própria, na modalidade Pregão Tradicional.	Atende
Solução 2	Não existe o cargo de técnico especializado em refrigeração no quadro de servidores do Município, nem as ferramentas e equipamentos necessários para realizar as manutenções.	Não atende

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

A modalidade Pregão Eletrônico, em sua forma tradicional, foi escolhida como a mais adequada para a contratação em questão, considerando as características e necessidades do objeto. Essa escolha se fundamenta no fato de que o Pregão Eletrônico permite atender as demandas contínuas e recorrentes, ainda que não diárias, ao longo do prazo de vigência do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A opção pela modalidade está em plena conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que rege as contratações públicas e prioriza a utilização de métodos que promovam a competição, a transparência e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Em especial, a Lei destaca, em seus princípios, a busca pela economicidade e pela eficiência administrativa, os quais foram observados na escolha pelo Pregão Eletrônico.

Um dos fatores determinantes para a seleção dessa modalidade foi a análise detalhada das necessidades dos Serviços de Saúde do Município de Santa Luzia/MG, que envolvem a aquisição de bens e a contratação.

A flexibilidade e a eficiência desse modelo de contratação contribuem diretamente para o alcance de soluções econômicas e eficazes, especialmente em serviços destinados à área de saúde de serviços essenciais para o funcionamento de 27 Unidades Básicas de Saúde (UBS), Hospital com Pronto Atendimento, UPA, CAPS Adulto e Infantil, Centro de Consultas de Especialidades, Centro Odontológico, SAMU, entre outros setores da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia/MG.

Por meio do Pregão Eletrônico, será possível licitar considerando o valor global de cada grupo de itens, garantindo que a quantidade necessária seja contratada de maneira eficiente, atendendo às demandas com racionalidade de custos.

Além disso, o Pregão Eletrônico amplia a competitividade ao permitir a participação de fornecedores de diferentes localidades, promovendo maior abrangência no mercado e aumentando a possibilidade de propostas vantajosas para a administração. Esse modelo também assegura maior transparência ao processo, com a realização de todas as etapas de forma eletrônica, desde a abertura da sessão pública até o julgamento das propostas, permitindo o acompanhamento em tempo real por todos os interessados.

Por fim, a escolha dessa modalidade reforça o compromisso da Administração Pública em adotar práticas modernas e alinhadas à nova legislação, visando o melhor atendimento às necessidades da população, especialmente em áreas críticas como a saúde. Ao promover contratações eficientes e econômicas, o Pregão Eletrônico se consolida como uma ferramenta estratégica para a gestão pública, contribuindo para a sustentabilidade orçamentária e o fortalecimento dos serviços oferecidos pelo Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

A estimativa das quantidades necessárias para a prestação do serviço considerou a totalidade de equipamentos instalados nos Serviços de Saúde do Município, com o objetivo de atender adequadamente as demandas identificadas. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que orienta a realização de estudos técnicos prévios para garantir a eficiência e a economicidade nas contratações públicas, a estimativa foi baseada em dados concretos, considerando as necessidades específicas dos serviços de saúde e a capacidade de fornecimento do mercado.

Cabe destacar, que por se tratar da primeira vez que será realizada essa modalidade de contratação, não foi possível realizar um levantamento da série histórica de consumo. Contudo, para suprir essa lacuna, foi realizada uma pesquisa de mercado abrangente, que levou em consideração as disponibilidades, características dos produtos e a oferta tanto local quanto regional, garantindo que os parâmetros adotados sejam compatíveis com a realidade e atendam às necessidades do Município. A pesquisa também considerou os preços e condições de fornecimento, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa, conforme preceitua a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, com vistas à eficiência e à economicidade na execução do contrato.

Ressaltamos uma divergência no quantitativo de equipamentos entre o Documento de Formalização de Demanda (DFD) e o Estudo Técnico Preliminar (ETP). Esclarecemos que, durante a elaboração do ETP, o responsável pela solicitação identificou a existência de outros equipamentos já em uso nas unidades, o que levou à inclusão desses itens no documento em questão.

GRUPO 1 - CÂMARAS REFRIGERADAS					
ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
1	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
2	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
3	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
4	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
5	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
6	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
7	Câmara Refrigerada	Elber	CSv280		
8	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
10	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
11	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
12	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
13	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
14	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
15	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
16	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
17	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
18	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
19	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
20	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
21	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
22	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
23	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
24	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
25	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
26	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
27	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
28	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
29	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280		
30	Câmara Refrigerada	Elber	CSv280		
31	Câmara Refrigerada	Elber	CSv280		
32	Câmara Refrigerada	Elber	CSv280		
VALOR TOTAL - GRUPO 1				R\$9.085,92	R\$290.749,44

GRUPO 2 – REFRIGERADORES COMUNS					
ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
33	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
34	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
35	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
36	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
37	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
38	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB		
39	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

40	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RDE30		
41	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RDE30		
42	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
43	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
44	Refrigerador doméstico	Consul	CRC28D		
45	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
46	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RE29		
47	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
48	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB		
49	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
50	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
51	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB		
52	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
53	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
54	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
55	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
56	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
57	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB		
58	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB		
59	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
60	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
61	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
62	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
63	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
64	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
65	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB		
66	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
67	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
68	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
69	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
70	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
71	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
72	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
73	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
74	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RDE30		
75	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
76	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
77	Refrigerador doméstico	Continental	270L		
78	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		
79	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

80	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB		
81	Refrigerador Comercial	Ormebrio			
82	Refrigerador Comercial	Ormebrio			
83	Refrigerador Comercial	Ormebrio			
84	Refrigerador Comercial	Ormebrio			
85	Refrigerador doméstico	Eletrolux			
86	Refrigerador doméstico	Consul			
87	Refrigerador doméstico	Consul			
88	Refrigerador doméstico	Consul			
89	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RDE30		
90	Refrigerador doméstico	Consul			
91	Refrigerador doméstico	GE			
92	Refrigerador doméstico	Consul			
93	Refrigerador doméstico	Consul			
94	Refrigerador doméstico	Consul			
95	Refrigerador doméstico	Eletrolux	R280		
96	Refrigerador doméstico	Consul			
97	Refrigerador doméstico	Consul			
98	Freezer	Eletrolux	H550		
99	Freezer	Fricon	VCED		
100	Refrigerador doméstico	Continental	270		
101	Refrigerador doméstico	Eletrolux	R250		
VALOR TOTAL – GRUPO 2				R\$ 1.722,36	R\$ 118.842,84

GRUPO 3 – REFRIGERADORES ESPECÍFICOS					
ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
102	Geladeira Hemoderivados	Indrel	Refrimed		
VALOR TOTAL – GRUPO 3				R\$ 9.490,02	R\$ 9.490,02

VALOR TOTAL DOS 3 GRUPOS	R\$ 419.082,30
--------------------------	----------------



10. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A escolha da **Solução 1** se fundamenta na premissa de que esta otimizará e agilizará a prestação dos serviços, assegurando a efetiva e eficiente execução do contrato público.

O padrão de qualidade exigido para o objeto pretendido pelo Poder Público é elemento essencial nas contratações públicas. Esse aspecto implica necessidade de uma análise ampliada sobre a eficiência do negócio jurídico e o alcance da finalidade almejada, especialmente no que tange à avaliação da viabilidade do parcelamento ou não do objeto contratual. Conforme o disposto no Art. 40, § 3º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, deve-se considerar, no caso de não parcelamento, os possíveis ganhos advindos da economia de escala, evitando a fragmentação desnecessária do objeto, que poderia comprometer a eficiência e a economicidade do contrato.

A contratação dos serviços é justificada pela ausência, no quadro de servidores municipais, de técnicos especializados para realizar a manutenção dos equipamentos objeto deste contrato. Nesse sentido, a terceirização dos serviços de manutenção se torna imprescindível, visto que os equipamentos – como câmaras de vacinas, freezers e refrigeradores – são utilizados diariamente na prestação de serviços essenciais aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Adicionalmente, o correto funcionamento desses equipamentos depende de manutenções preventivas regulares, essenciais para garantir o armazenamento adequado de vacinas e outros insumos, conforme determina a Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011. Essa resolução, em seu Capítulo II, Seção I, Art. 6º, estabelece que as Boas Práticas de Funcionamento (BPF) são componentes fundamentais da Garantia da Qualidade, destinadas a assegurar que os serviços de saúde sejam ofertados com padrões adequados de qualidade. Ressalta-se ainda que essas práticas têm como objetivo principal a redução dos riscos inerentes à prestação de serviços de saúde, evidenciando sua relevância para a continuidade e segurança das atividades.

Além disso, a essencialidade da manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, com fornecimento de peças inclusas, fundamenta-se na necessidade de prevenir danos e prejuízos que poderiam ser causados à Administração Pública em caso de eventual paralisação ou interrupção do serviço. Nesse contexto, a presente contratação visa assegurar o funcionamento ininterrupto das atividades finalísticas da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Administração, preservando a continuidade dos serviços públicos de saúde, conforme preceitua o princípio da continuidade do serviço público.

Ademais, verifica-se a habitualidade do serviço, tendo em vista a necessidade constante e permanente de sua prestação para garantir a eficiência operacional dos equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia/MG. A habitualidade e a essencialidade desses serviços reforçam a pertinência da contratação, sendo esta indispensável para evitar prejuízos à saúde pública e aos interesses da coletividade.

Por fim, a previsão de condições contratuais que assegurem o padrão de qualidade do objeto abrange não apenas a escolha da modalidade de contrato, mas também a definição criteriosa das especificações técnicas do serviço, os prazos de execução e as obrigações das partes contratantes. Tal abordagem está em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas, conforme estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, garantindo a satisfação do interesse público com eficiência, economicidade e segurança jurídica.

11. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

O levantamento de mercado foi realizado previamente à elaboração do Estudo Preliminar desta contratação, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021. Para tanto, foram consultados sites de compras governamentais e análise detalhada na plataforma Painel de Preços, que forneceu informações relevantes sobre editais e atas de pregões similares.

Com base nesse levantamento, foi possível identificar a solução mais adequada ao atendimento das necessidades da Administração Pública, sendo escolhida a Solução Nº 1. No tocante à pesquisa de preços, esta foi realizada de acordo com o disposto nos Artigos 23 e 24 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, utilizando-se parâmetros fundamentados e consistentes. O método adotado para obtenção do preço estimado baseou-se na média dos valores apurados, os quais foram extraídos de um conjunto de três ou mais preços, oriundos de pelo menos dois parâmetros distintos, como previsto nos dispositivos legais aplicáveis.

Após a análise técnica e financeira, constatou-se a viabilidade econômica da contratação, com base no preço estimado, o qual respeita a realidade de mercado e a disponibilidade orçamentária do órgão contratante. Além disso, a Administração Pública, em observância aos princípios da eficiência e da transparência, considerou ou-



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

tros custos que poderiam incidir além do valor da contratação, tais como: manutenção de pessoal, custos associados ao ciclo de vida dos bens e equipamentos envolvidos, depreciação, e despesas administrativas diretas e indiretas. Essa abordagem reflete o compromisso com uma gestão orçamentária responsável e com a otimização dos recursos públicos.

A prestação de serviços objeto desta contratação caracteriza-se por sua ampla competitividade e transparência, uma vez que o mercado possui diversas empresas com capacidade técnica suficiente para executar o contrato em conformidade com as exigências do edital. Esse cenário favorece a competitividade do certame, assegurando o atendimento ao Art. 3º da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que preconiza a isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Por fim, o procedimento conduzido evidencia a observância dos princípios da legalidade, eficiência e planejamento, pilares essenciais das contratações públicas. O estudo preliminar, aliado à pesquisa de mercado e à análise de viabilidade econômica, fundamenta a escolha da **Solução 1** como a opção mais adequada ao atendimento das demandas públicas, garantindo que o contrato seja executado com qualidade, eficiência e respeito aos interesses da coletividade.

12. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E JURÍDICA PARA A NÃO FRAGMENTAÇÃO DO OBJETO E ORGANIZAÇÃO POR GRUPOS

O objeto da contratação refere-se à prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva referente a 102 equipamentos pertencentes aos diversos Serviços de Saúde do Município de Santa Luzia/MG. Embora o objeto contemple diferentes postos de trabalho com atribuições e habilitações distintas, estes integram uma única solução/serviço, consistente em apoio técnico especializado de mesma natureza, com evidente correlação entre si.

Conforme disposto no Art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser avaliado à luz da viabilidade técnica e econômica, além da garantia de competitividade. No presente caso, a análise técnica realizada demonstra que o parcelamento em itens seria prejudicial, tanto do ponto de vista econômico quanto gerencial, dado que:

1. **Unicidade e Correlação dos Postos de Trabalho:** A diferenciação das atribuições e habilitações de cada posto não descaracteriza a natureza homogê-



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

nea do serviço. Trata-se de uma solução integrada em que todos os postos convergem para um único objetivo: assegurar a funcionalidade e o desempenho dos equipamentos de saúde. A especialização técnica dos postos, nesse contexto, não justifica o fracionamento do objeto, visto que qualquer empresa com competência técnica no ramo de manutenção de equipamentos tem condições de atender ao grupo como um todo.

2. **Economia de Escala:** O não parcelamento do objeto permite à Administração obter vantagens econômicas decorrentes da economia de escala. A gestão contratual concentrada em uma única empresa reduz custos administrativos e operacionais, otimizando a execução do contrato. A contratação de diferentes prestadores poderia levar à perda de eficiência, aumento de custos e descontinuidade na prestação dos serviços, comprometendo a padronização e a qualidade esperada.
3. **Eficiência na Execução e Agilidade na Resolução de Problemas:** A aquisição de peças de reposição está diretamente vinculada ao diagnóstico técnico realizado pela empresa responsável pela manutenção. Assim, garantir que a mesma empresa execute os serviços de manutenção e forneça as peças de reposição assegura maior agilidade, evitando atrasos e prejuízos operacionais. Isso é especialmente relevante no caso de equipamentos críticos, como câmaras de vacinas, freezers e refrigeradores, cuja desativação prolongada pode causar prejuízos à saúde pública e comprometer a integridade de insumos essenciais.
4. **Garantia de Competitividade:** A organização do objeto em grupos não prejudica a competitividade do certame, uma vez que todas as empresas do ramo, que possuam as condições técnicas exigidas no edital, terão igualdade de oportunidades para participação. Essa abordagem está alinhada com os princípios da isonomia e da ampla competitividade, previstos no Art. 3º da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.
5. **Jurisprudência do TCU:** A orientação do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça que o não parcelamento do objeto é admissível desde que técnica e economicamente justificado, sem desprezar os §§ 1º e 5º do Art. 23 da Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021. No presente caso, a solução técnica adotada atende aos interesses públicos ao assegurar a eficiência na gestão contratual e na execução do serviço.

A divisão do objeto em três grupos justifica-se como uma medida de preservação da integridade qualitativa e operacional do serviço. A manutenção de um único padrão



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

de qualidade e eficiência ao longo da execução contratual é facilitada quando a prestação dos serviços e o fornecimento de peças são realizados de forma integrada. A fragmentação do contrato, ao contrário, poderia acarretar dificuldades gerenciais, descontinuidade na padronização e aumento dos custos administrativos.

Por conseguinte, a contratação organizada em grupos e sem parcelamento adicional é uma solução que visa, de maneira técnica e juridicamente fundamentada, garantir a continuidade, eficiência e economicidade dos serviços, além de assegurar o pleno atendimento das necessidades da Administração Pública, conforme previsto nos princípios e dispositivos da Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Os resultados almejados, em termos de economicidade e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, são os seguintes:

I – Com a presente contratação, visa-se garantir a realização de manutenção preventiva e corretiva das câmaras de vacinas, freezers e refrigeradores, de forma a assegurar o pleno funcionamento e a segurança desses equipamentos essenciais para a instituição.

II – No âmbito desta contratação, a instituição objetiva, ainda, atingir, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, incluindo a perspectiva de sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:

- **Redução de custos:** A contratação buscará gerar economia, em razão da obtenção de ganhos de escala decorrentes da centralização das compras, o que possibilitará a obtenção de preços mais vantajosos.
- **Aumento da eficiência operacional:** A contratação resultará na melhoria da celeridade e produtividade na execução das atividades administrativas, o que contribuirá para a otimização do uso dos recursos humanos e materiais.
- **Maximização da governança administrativa:** A contratação possibilitará a ampliação da eficácia na gestão dos recursos, promovendo uma governança mais eficiente e transparente.

Dessa forma, a instituição conseguirá cumprir com sua missão institucional, assegurando a prestação de serviços à sociedade com qualidade reconhecida, atendendo aos princípios da eficiência e da eficácia, e fazendo o melhor uso possível dos recur-



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

sos disponíveis, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas e assegura a máxima utilização dos recursos públicos.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1 A Manutenção preventiva visa detectar deficiências do equipamento, minimizando defeitos e prevenindo falhas, deverá ser realizada trimestralmente, em todos os equipamentos do **GRUPO 1** listados no relatório anexo, em cada unidade informada. Deverão também ser realizados mediante visita técnica, em horário agendado, nos locais onde se encontram instalados os aparelhos, por intermédio de técnicos especializados. A empresa contratada deverá apresentar relatórios mensais assinados pelos responsáveis pela unidade.

14.2 Os serviços de manutenção preventiva serão realizados trimestralmente.

A execução periódica dos serviços consiste em:

- Inspeção visual.
- Lubrificação.
- Limpeza geral.
- Verificação das gavetas e estruturas internas.
- Verificação do congelamento interno.
- Verificação do ventilador interno.
- Verificação das dobradiças.
- Verificação da iluminação interna.
- Verificação do sistema de segurança de queda de energia.
- Verificação da Bateria.
- Verificação dos rodízios.
- Verificação do compressor em modo de bateria e modo de rede.
- Verificação das condições técnicas dos equipamentos e térmicas dos ambientes, Monitoração das partes sujeitas a maiores desgastes.
- Ajustes ou substituição de componentes em períodos predeterminados.
- Recarga de gás.

14.3 Exame dos componentes antes do término de suas respectivas garantias: testar e manter as instalações elétricas dos equipamentos em bom estado de funcionamento.

14.4 Constatação e correção de falhas: reparos e substituição de peças visando manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento.

14.5 A execução periódica dos serviços deverá atender as condições deste instrumento e consiste na inspeção, lubrificação, ajustes, limpeza geral, verificação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

das condições técnicas dos equipamentos e térmicas dos ambientes, monitoração das partes sujeitas a maiores desgastes, ajuste ou troca de componentes em períodos predeterminados, exame dos componentes antes do término de suas respectivas garantias, testar e manter as instalações elétricas dos equipamentos, constatação e correção de falhas, reparos, substituição de peças e componentes visando manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento.

14.6 A manutenção corretiva será feita da mesma forma para o Grupo 1 e para o Grupo 2. Os serviços de manutenção corretiva serão realizados sempre que necessário com o prazo de atendimento de 24 horas após a abertura de chamado. A execução dos serviços consiste em: Reparo para correção de defeitos, constatação e correção de falhas, reparos e substituição de peças visando manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, todas as peças e equipamentos necessários para execução do serviço deverão estar incluídos no contrato. Ao final do serviço deverá ser gerado um relatório atestando o bom funcionamento do equipamento.

A contratada deverá disponibilizar uma linha telefônica fixa e móvel, para atendimento às chamadas de emergência e quaisquer procedimentos necessários para manter os equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento, deixando um técnico devidamente capacitado e qualificado para o pronto atendimento.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados nos seguintes endereços:

Nome	Endereço
Hospital Municipal Madalena Parrillo Calixto	Av. Raul Teixeira da Costa Sobrinho, 22
Unidade de Pronto Atendimento do São Benedito	Av. Senhor do Bonfim, 1052
UBS Alto São Cosme	Rua Poti, 403
UBS Baronesa	Rua Holanda, 100
UBS Bom Destino	Rua dos Coqueiros, 251
UBS Bom Jesus	Rua Francisco Jerônimo da Silva, 25
UBS Bonanza	Estrada do Bananal, 1208
UBS Caribé	Rua Pará de Minas, 2333
UBS Celso Diana	Rua Estefânia Sales Sotero, S/N
UBS Córrego das Calçadas	Rua Coronel Lima e Silva, 03
UBS Cristina	Rua Antonio de Pinho Tavares, 268
UBS Duquesa	Rua Vicente de Paula Rogério, 40
UBS Frimisa	AV. Dois , 214



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UBS Industrial Americano	Rua Haiti, 123
UBS Jabaquara	Funcionando junto com a UBS Caribé
UBS Londrina	Rua Machado de Assis, 269
UBS Luxemburgo	Rua Suíça, 79
UBS Morada do Rio	Rua Baldim, 891
UBS Nª Senhora da Graças	Avenida das Indústrias, 1665
UBS Nova Conquista	Rua João Hilário do Nascimento, 15
UBS Pinhões	Rua Manoel Félix Homem, 524
UBS Santa Rita	Av. Belo Horizonte, 185
UBS São Cosme	Rua Mangarataia, 413
UBS São Geraldo	Av. Raul Teixeira da Costa Sobrinho, 741
UBS Sesc	Av. Brasília, 3505
UBS Tia Lita	Rua Maria do Carmo Castro, 50
UBS Vale das Acácias	Avenida das Acácias 570
UBS Via Colégio	Rua Monte Calvário, 100
UBS Virgem dos Pobres	Av. Nossa Sra. da Conceição, 70
Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia	AV. VII, 50, Carreira Cumprida

- a) Os serviços a serem contratados se enquadram como comuns, haja vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, bem como continuados, pois a sua interrupção pode comprometer o devido funcionamento da Instituição. Portanto, sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro.
- b) A execução do serviço objeto do contrato será realizada apenas quando provocada a demanda pela Administração, a partir da emissão da Ordem de Serviço.
- c) A Contratada deverá ter pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço, inclusive quanto à localização dos Serviços de Saúde do Município.
- d) No atendimento dos serviços é necessário que a contratação contemple o material, equipamentos a serem utilizados e equipe técnica especializada, com suas devidas normas de segurança e EPIs; portando fichas de chamados técnicos para as anotações das ocorrências e serviços executados, que deverão ser vistoriados e assinados pelo servidor responsável, presente no setor, em 02 (duas) vias.
- e) Os técnicos da Contratada deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- f) A Contratada deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional, com garantia dos serviços de, no mínimo 3 (três) meses.
- g) Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 16h30min, podendo, excepcionalmente, ser executados em dias e horários diferentes dos previamente acordados, conforme a conveniência da Contratante, por ocasião de situações imprevistas relativas a ocorrências e defeitos nos equipamentos. Todas as atividades observarão as condições estipuladas neste documento, bem como as normas técnicas aplicáveis e as recomendações dos fabricantes dos equipamentos.
- h) No caso de necessidade de instalação de novos equipamentos ou, de reinstalação em local diferente do que hoje se encontram instalados, e de substituições de peças ou componentes, serão executados pela Contratada desde que os preços se mostrem mais vantajosos, mediante autorização expressa da Contratante.
- i) A Contratada deverá manter limpo, organizado e em bom estado de higiene, o local onde estiver executando os serviços de manutenção, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
- j) Durante toda a execução do Contrato, a contratada deverá possuir posto de funcionamento situado a uma distância de até 100 (cem) km quilômetros do ponto central do Município de Santa Luzia (Santuário Arquidiocesano de Santa Luzia). Tal exigência deverá ser demonstrada em até 30 dias após assinatura do contrato, mediante declaração de que a empresa não ultrapassa o limite de quilometragem estipulada no edital. A exigência referente à localização se faz necessária, tendo como foco “assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto” (vide artigo 11, inciso I, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021). Portanto se a distância entre a sede da Prefeitura e a localização da Contratada fosse maior que a determinada neste instrumento de planejamento da contratação, a economicidade restaria prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento e poderia onerar sobremaneira a execução do contrato, bem como comprometer o princípio da supremacia e da indisponibilidade do interesse público, ensejando margem para possíveis interrupções no Serviço de Atendimento Público em Saúde. Pretende-se, assim, assegurar a agilidade dos serviços a serem executados, bem como viabilizar a fiscalização in loco e a gestão contratual com a maior acurácia possível, com acompanhamento pormenorizado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

das ações executadas. Busca-se, portanto, a materialização dos princípios da economicidade, eficiência, segurança jurídica e razoabilidade.

k) SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, objeto da Contratação;
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

L) SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações oriundas da contratação e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas durante a habilitação.
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto da contratação;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança;
- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A Equipe de Planejamento da Contratação declara **viável** esta contratação, pelo que recomenda o prosseguimento da pretensão contratual.

15.1 JUSTIFICATIVA

O presente Estudo Técnico Preliminar, após análise detalhada das alternativas para atender às necessidades apontadas pela área requisitante, bem como dos aspectos normativos pertinentes, conclui pela viabilidade da contratação por meio de procedimento licitatório, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021. Esta modalidade é recomendada em razão dos potenciais benefícios que proporciona, especialmente no que tange aos princípios da eficácia, eficiência e efetividade na gestão dos recursos públicos.

Adicionalmente, os requisitos especificados no presente estudo atendem de maneira adequada às demandas apresentadas pela área requisitante, assegurando o cumprimento dos objetivos institucionais.

Portanto, a equipe de planejamento recomenda o prosseguimento do processo de contratação, com a devida observância dos princípios e diretrizes estabelecidos pela legislação aplicável, em conformidade com os melhores interesses da Administração Pública.



16 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- Como condição de habilitação técnica, o Edital deverá exigir a apresentação do Alvará de Funcionamento de Empresa.

16.2 A execução dos serviços deverá ser realizada, através de técnicos habilitados e/ou especializados e com contingente suficiente ao atendimento da demanda com a utilização de ferramentas e equipamentos apropriados, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir a conservação da vida útil dos equipamentos e o seu perfeito funcionamento.

16.3 Os técnicos deverão possuir experiência como Técnico em Refrigeração comprovada mediante apresentação da carteira profissional de trabalho ou outro documento equivalente.

17 RESPONSÁVEIS INTEGRANTES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome: Soraia Aparecida Ferreira

Cargo: Supervisora de Compras e Licitação

Matrícula: 38.939

Assinatura:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

APOIO DA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Nome: Luciano Amaral Rocha

Cargo: Analista Administrativo (Gerência de Licitações e Contratos)

Matrícula: 37.157

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<hr/> Diego Willian Ramos C. de Oliveira Setor de Manutenção de Biomédicos	<hr/> Diego Willian Ramos C. de Oliveira Setor de Manutenção de Biomédicos

18. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022.

AUTORIDADE MÁXIMA DA SECRETARIA REQUISITANTE

Rodrigo Inácio Alves Gazeto
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula: 38.753

Santa Luzia, 26 de maio de 2025.